

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificou	
02	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Titular	Presente	
		Josmar Machado Camargo	Titular	Ausente	
	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Suplente	Presente	
		Augusto Olavo Leite	Suplente	Ausente	
03	SSRH	Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo Comitês PCJ)	Titular	Presente	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Ausente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Presente	p/ Natalia G. Branco
		Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Justificou	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Aguardando Indicação	Suplente	Ausente	
		Aguardando Indicação	Suplente	Ausente	
06	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto G.Ferro	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
07	P. M. de Saltinho	Claudemir Francisco Torina	Titular	Ausente	
		Ângelo Cesar Angeleli	Titular	Ausente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
08	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Presente	p/ Tiago M. Seydell
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
09	P. M. de Pedreira	Carlos Evandro Pollo	Titular	Ausente	
		Celso José Leite Filho	Titular	Ausente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	p/Willy Wener Bóbbó
	P. M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi	Suplente	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Suplente	Presente	
11	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Titular	Presente	p/ Ricardo Ydehara
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Titular	Ausente	
	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Suplente	Ausente	
		Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Thais Scognamiglio Campos Lourenço	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
14	CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel	Suplente	Presente	
16	SABESP	José Roberto Fumach	Titular	Presente	
		Antonio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
	DAE Americana	Leandro Zanini Santos	Suplente	Ausente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Ausente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Ausente	
20	Rotary International - D4590 e Coordenador da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Justificou	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	AAEAA-Amparo	Wilhelm Wulff Poloni	Suplente	Presente	
22	AESABESP	Ester Feche Guimarães	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Presente	
23	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

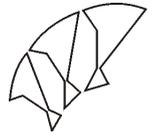
Membros sem direito a voto

Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
Diretoria dos Comitês PCJ	ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos	Vice-presidente CBH-PCJ e 2º Vice-presidente PCJ FEDERAL	Presente
Diretoria dos Comitês PCJ	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ	Presente
CT-AS	IG	Sibele Ezaki	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-EA	PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso	Coordenador-adjunto	Presente
CT-MH	DAEE	Claudia H. Siqueira Fonseca	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ	João J. A. de Abreu Demarchi	Secretário	Presente
CT-Rural	SR de Limeira	Nilton Piccin	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SA	UNICAMP	Maria A. Carvalho de Medeiros	Coordenadora	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi: Diretora Técnica
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Ronnie Carlos Peguim
	Eduardo Cuoco Léo
	Kátia Gotardi
	Elaine Franco de Campos
	Juliana Prado Guilmo
PM de Limeira	Michel Stradiolto
SABESP	Osvaldo O. Vieira
AESABESP	João de Jesus
Prefeitura de Hortolândia	Elaine Nascimento N. Oliveira
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 24/09/2015. A reunião foi aberta pelo Sr. Leonildo Ednilson Urbano, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos e agradeceu a CATI/Campinas pela cessão do espaço. O Sr. Leo Urbano informou que a partir desta data, fica adotada a prática, para que nas reuniões da CT-PL, toda a Diretoria dos Comitês PCJ, sentem-se a mesa diretiva, uma vez que a CT-PL é um extrato dos Plenários dos Comitês PCJ. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Leo Urbano informou que o Ministério Público Estadual - GAEMA PCJ-Piracicaba, encaminhou cópia da Recomendação nº 02/2015, de 15 de setembro de 2015, expedida à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), sobre a Renovação da Outorga e Disponibilidade Hídrica nas Bacias PCJ. Apresentou o documento ao plenário e informou que o mesmo foi encaminhado às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para ciência e está disponível no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, realizará nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, no Centro de Estudos Ambientais da Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), em Rio Claro, o III Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ: Conhecer para usar e proteger. Explicou que o Workshop tem como objetivo, a divulgação da importância das águas subterrâneas como fonte para o abastecimento de água e o aumento do nível de conscientização dos envolvidos em relação à proteção e os riscos advindos da contaminação e da exploração irracional, além de apresentá-las como parte integrante do ciclo hidrológico e a necessidade de inserção na gestão de recursos hídricos em conjunto com as águas superficiais. Cientificou que a programação está disponível no site dos Comitês PCJ e da Agência PCJ e que para participar basta preencher a ficha de inscrição que está disponível no site da Agência das Bacias PCJ (www.agenciapcj.org.br). O Sr. Leo Urbano lembrou a todos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 222/15, de 27/03/2015, que instituiu a “Operação de Estiagem PCJ - 2015” e criou Grupo de Trabalho, no âmbito da CT-PL, para coordenação dos trabalhos e que, de acordo com as atribuições, o GT-Estiagem já realizou 4 reuniões, sendo que na última reunião realizada em 21/08/2015, foi deliberado pelo GT-Estiagem dar ciência a CT-PL sobre os andamento dos trabalhos realizados, em especial a “Atividade 4 - campanhas publicitárias educativa sobre a estiagem”. Diante do exposto o Sr. Leo Urbano informou que não houve, até a presente data,

convite para apoio institucional até o momento, para atendimento a atividade 4, permanecendo esta atividade inalterada deste o início da operação estiagem 2015. Na sequência resumiu todos os trabalhos desenvolvidos pelo GT-Estiagem 2015. O Sr. Leo Urbano deu ciência ao plenário que na data que na data de 23/10/2015, será realizado em Atibaia/SP, a 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, e que na data de 06/11/2015, será realizada a 62ª Reunião Ordinária da CT-PL, em Holambra solicitando que todos se agendem para participar. O Sr. Leo Urbano, informou que o Consórcio Estadual do Meio Ambiente programou 3 audiências públicas sobre as barragens de Pedreira e Duas Pontes, que serão construídas pelo Dae (Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo), e que devem ampliar a reserva hídrica, especialmente para épocas de estiagem. A 1ª audiência pública sobre as barragens de Pedreira e Duas Pontes ocorreu no dia 08/09/2015, em Campinas, e as outras duas audiências ocorrerão em Pedreira, no dia 15 de outubro, e em Amparo, no dia 3 de novembro. Ressaltou que as informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ e convidou a todos para participarem. O Sr. Leo Urbano informou que será realizado no dia 21 de outubro de 2015, na CATI-Campinas, o Seminário Responsabilidade Compartilhada no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com a realização do Consórcio PCJ. Forneceu detalhes sobre o evento e cientificou aos plenários que maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que a UDOP e a STAB promovem nos dias 11 e 12 de novembro de 2015, o 8º Congresso Nacional da Bioenergia. O evento será realizado no Centro Universitário Unisaesiano, em Araçatuba/SP. O Congresso tem por objetivo troca de experiências entre os participantes e trazer aos congressistas novos conceitos, tecnologias e sistemas de produção altamente aplicáveis ao dia a dia das usinas, divididos nas áreas de maior impacto das unidades: Administrativa/Financeira; Agrícola; Biomassa e Novos Produtos; Comunicação; Controladoria, Planejamento e Custos; Direito do Agronegócio; Industrial; Inovações Tecnológicas em Etanol de Milho; Mercado, Comercialização e Logística; Recursos Humanos; Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho; Tecnologia da Informação. Maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O sr. Leo Urbano forneceu informações sobre o Projeto CriAtividade e Educação Ambiental, que tem por objetivo a co-criação de um cardápio de aprendizagem voltado a educação ambiental em escolas de Piracicaba, engajando múltiplas organizações e atores, sendo a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ uma das parceiras do evento. Destacou que o lançamento do



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

projeto foi dia 02/09 no Sesc-Piracicaba, e que o projeto ainda tem atividades programadas para os dias 08/10/15 e 11/11/15, sendo possível ter maiores detalhes sobre as atividades no site dos Comitês PCJ.

115 2.2. **pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual

120 informou que nos dias 9 e 10 de setembro, o coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, Eduardo Cuoco Léo, participou da Oficina sobre Estratégias para o Enquadramento dos

125 Corpos d'Água: Aspectos Técnicos e Institucionais promovida, em Brasília, pela Agência Nacional de Águas (ANA), em parceria com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O encontro teve como

130 objetivo subsidiar a formatação de uma estratégia para superação das dificuldades técnicas e institucionais identificadas nos processos de elaboração, discussão e encaminhamento das propostas de enquadramento de

135 corpos d'água, avaliando a necessidade de aperfeiçoamento da legislação vigente e os procedimentos para que o enquadramento seja aprovado e implementado. O Sr. Sergio informou que foi assinado convênio no 11 de setembro de 2015, para o desenvolvimento de um estudo pioneiro para

140 utilização de água de reúso na rede com fins potáveis, que será desenvolvido durante sete meses por meio de parceria firmada entre a Agência das Bacias PCJ, a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa), a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) e o Centro Internacional de

145 Referência em Reúso da Água (Cirra), da Universidade de São Paulo (USP), com repasse no valor de R\$ 758 mil. Destacou que será construída uma unidade piloto na Estação de Tratamento de Esgoto Capivari II – escolhida pela qualidade dos

150 efluentes pós-tratamento – e, a partir disso, serão definidos parâmetros para que a qualidade de potabilidade exigida seja atendida. O Sr. Sergio informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ recebeu, na data de 15/09/2015, a visita de uma

155 comitiva do Peru e da Alemanha, cujos participantes são integrantes do projeto “Adaptação de gestão de recursos hídricos em zonas urbanas e mudanças climáticas com participação no setor privado”, o ProACC. O Sr. Sergio cientificou ao plenário que no

160 dia 28/09/2015, ocorreu uma reunião técnica com as empresas que desejam participar do processo de concorrência para a revisão do Plano de Bacias PCJ 2010 a 2020. No total, oito empresas participaram do encontro. O Sr. Sergio informou que os membros do

165 Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ) se reuniram em 24/09/2015, no Instituto Estadual de Florestas (IEF), em Camanducaia (MG), com o objetivo de discutir o andamento das

atividades que estão ocorrendo, com recursos da

170 Cobrança Federal, na porção mineira das Bacias PCJ e o CAR. Ressaltou que mensalmente vem ocorrendo estas reuniões com a presença da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, juntamente com os membros do CBH-PJ.

175 **2.3. Pelos membros:** O Sr. Leo Urbano passou a palavra para a Sr. Alquerme Valvassori, representante da PM de Limeira, que informou que para os participantes do ENCOB, que sairão do município de Limeira, está sendo disponibilizado o estacionamento do Parque das

180 Cidades para que os participantes possam deixar os veículos durante a viagem, cedendo informações e como chegar ao local. **3. Apreciação da Ata da 46ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada na AEJ -Jundiaí/SP, em 31/07/2015:** O Sr. Leo Urbano

185 questionou aos membros sobre a necessidade da leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e Sr. Leo Urbano abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da mesma, informando que a presente ata conta com um anexo, que trata da proposta da renovação da Outorga do

190 Sistema Cantareira, conforme apreciado e deliberado na referida reunião, e que o anexo não está passando por apreciação uma vez que o mesmo faz parte da deliberação apreciada. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi aprovado por unanimidade, sem

195 alterações na minuta apresentada. **4. Cancelamento do empreendimento “Águas de Itapeva - Ações de Mobilização e Educação Socioambiental” cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Itapeva:** O Sr.

200 Leo Urbano lembrou que foi indicado na Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 152/2012, de 03/10/2012, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 171.345,70 (cento e setenta e um mil,

205 trezentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) de repasse e R\$ 12.186,54 (doze mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) de contrapartida (data base-2012), o empreendimento

210 “Águas de Itapeva - Ações de Mobilização e Educação Socioambiental”, cujo tomador foi a Prefeitura Municipal de Itapeva/MG, e que a Agência das Bacias PCJ celebrou Contrato de Transferência com a Prefeitura a fim de permitir o repasse dos

215 recursos acima referidos para o objeto em questão, sob nº 01/13, de 07/03/2013. Diante do exposto informou que a Prefeitura Municipal de Itapeva, após licitação, contratou a empresa Rodrigues e Souza Consultoria e Capacitação SS Ltda ME, em 25/06/2013, e até a

220 vigência final do empreendimento a mesma não conseguiu apresentar produtos adequados tecnicamente para autorização de liberação da 1ª parcela e efetivo início do empreendimento, sendo que a vigência do Contrato de Transferência se encerrou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

225 em 15/07/2015 e que não foi solicitada prorrogação,
por parte da Prefeitura de Itapeva, fato *que*
230 *impossibilitou qualquer ação sobre o mesmo*. Após
informou que a proposta é o cancelamento do projeto
e que os recursos financeiros correspondentes ao
empreendimento acima referido sejam contabilizados
para indicações futuras, de acordo com as orientações
dos Comitês PCJ. Ressaltou que o cancelamento do
empreendimento foi acordado entre o Tomador, no
caso a Prefeitura Municipal de Itapeva, e a Agência
235 PCJ, ressaltando que os recursos retornariam para o
saldo dos Comitês PCJ para futuras contratações. Na
sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos
membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo
Urbano colocou a proposta em votação, a qual foi
240 aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na
próxima reunião dos Comitês PCJ. **5. Apreciação de
minuta de deliberação de Política de Recuperação,
Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito
da área de atuação dos Comitês PCJ:** O Sr.
245 Leonildo Urbano informou que conforme é de
conhecimento de todos, as Bacias PCJ apresentam um
histórico de degradação de recursos naturais que tem
comprometido a disponibilidade e qualidade hídrica
para os diversos usos e usuários das bacias, sendo que
250 o desenvolvimento sustentável nas Bacias PCJ deve
ser pautado na proteção dos recursos naturais, na
valorização do homem e na preservação do patrimônio
ambiental existente e que os Comitê PCJ, no
planejamento da gestão das águas, buscam
255 desenvolver mecanismos visando a recuperação, a
conservação e a proteção dos recursos hídricos nas
Bacias PCJ. E com base no disposto no Plano de
Bacias e nos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês
PCJ, existe a necessidade da definição de critérios e
260 parâmetros para subsidiar os trabalhos técnicos de
recuperação de mananciais nas Bacias PCJ, de forma
compulsória ou oriunda de financiamento pelo Poder
Público, devendo ser estabelecidas diretrizes para
promover a recuperação e conservação do solo e da
265 vegetação nativa, a preservação das bacias
hidrográficas e dos processos do ciclo hidrológico e
orientar as iniciativas voluntárias de recuperação.
Também, existe a necessidade de estruturar, organizar
e inter-relacionar um Banco de Áreas a serem
270 recuperadas e um Banco de Projetos para recuperação,
conservação e proteção dos mananciais e a
necessidade de contribuir para a implantação e o
monitoramento de projetos de Pagamento por Serviços
Ambientais-PSA e para a implantação e o
275 monitoramento de Programa de Incentivo a Áreas de
Proteção e Recuperação de Mananciais-APRM, de
interesse regional, nas áreas de influência de
mananciais de abastecimento público. Diante do
exposto informou que a Câmara Técnica de Uso e
280 Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e a

Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos
Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ,
discutiram amplamente o assunto e, reunidas em
10/09/2015, no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa,
285 aprovaram uma proposta da "Política de Recuperação,
Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês
PCJ", e encaminhando para a Secretaria Executiva a
proposta desta Política, a ser apreciada no âmbito dos
Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou
290 a palavra para a Sr. João Primo Baraldi, Coordenador
da CT-Rural o qual detalhou o processo de discussão e
informou que a Política de Recuperação, Conservação
e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ visa a
criação de programas de Recuperação Ambiental, de
295 Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, de
Incentivo à criação de Áreas de Proteção e
Recuperação de Mananciais-APRM de interesse
regional e de Proteção da Mata Atlântica, no âmbito
dos Comitês PCJ, e da importância para o meio rural
300 de se ter uma política com programas para o
desenvolvimento das ações para a produção e
conservação das águas, por meio da recuperação e
conservação do solo e da vegetação nativa, com o
objetivo geral de propiciar às gerações atual e futuras
305 o acesso aos mananciais de forma assegurada e
protegida. Após, passou a palavra para a Sra. Katia
Gotardi, Coordenadora de Gestão da Agência das
Bacias PCJ, que apresentou os fundamentos, os
objetivos, as diretrizes, os instrumentos, os programas,
310 os as orientações, as normas, as competências de cada
ente do sistema de gestão das Bacias PCJ, os
procedimentos operacionais para implementação,
acompanhamento e tramitação dos projetos dos
Programas dessa Política. Após a finalização da
315 apresentação, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra
para manifestação dos membros. Ocorreram várias
manifestações e contribuições feitas por: Alexandre
Luis Almeida Vilella, representante da FIESP; Petrus
Bartholomeus Weel, representante da P. M. de
320 Holambra; Natalia G. Branco, representante da SMA;
Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência PCJ;
Luís Eduardo Gregolin Grisotto, representante da
ABES-SP; Roberto Mário Polga, representante da do
CIESP DR-Jundiaí; Paulo José Mancuso,
325 Coordenador-adjunto da CT-EA; Michele
Consolmagno, representante da PM de Morungaba;
Wilhelm Wulff Poloni, representante da AAEEA-
Amparo; Sérgio Rocha Lima Diehl, representante da
SAA; João Primo Baraldi, representante da Sindicato
330 Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural.
Dentre as manifestações, destaca-se a manifestação da
CT-Ind em propor ajustes no texto ora apresentado. A
Sra. Kátia Gotardi propôs pequenos ajustes na
redação, que foram apresentadas aos presentes.
335 Finalizado os debates, o Sr. Leo Urbano propôs aos
membros que a votação ocorresse em etapas, sendo a



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

primeira em relação às contribuições apresentadas e relacionadas a troca de palavras, inclusão e exclusão dos termos utilizados a serem incorporadas ao documento, sendo a propostas dos ajustes aprovada com as abstenção da FIESP e CIESP DR Jundiaí. Na sequência, o Sr. Léo Urbano colocou em votação a proposta da realização de reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Outorga e Licenças (CT-OL), Uso e conservação de Água na Indústria (CT-Ind), Educação Ambiental (CT-EA), Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, para discussão de eventuais ajustes necessários para atendimento as demandas das demais Câmaras Técnicas que não participaram das discussões da Política em questão e que as propostas de ajustes fossem apresentadas para apreciação dos Plenários dos Comitês PCJ, diretamente na reunião Plenária de 23/10/2015, que foi aprovada com abstenção do CIESP DR-Jundiaí e FIESP. **6. Indicação das entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09:** O Sr. Leo Urbano informou que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes nos plenários dos Comitês PCJ e na CT-PL, para o mandato 2015/2017, que ocorreu em 27/03/15, na cidade de Piracicaba/SP, na ocasião da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, faz-se necessária a recomposição, também, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ, cujos mandatos terminam no próximo dia 7 de novembro. O Sr. Leo Urbano explanou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprova os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ e ressaltou que nos termos do art. 10 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, a comunicação dos membros eleitos e indicados será feita por meio de deliberação *ad referendum* do presidente do CBH-PCJ. Em seguida, apresentou a composição pré-estabelecida de acordo com os critérios da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09 e iniciou o processo eleitoral para a definição dos representantes dos municípios paulistas e da sociedade civil para o mandato 2015/2017 dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos representantes do segmento Estado para o Conselho Fiscal, para o mandato 2015/2017. Após a eleição, nos termos da legislação, a composição do Conselho Deliberativo passou a ter os seguintes membros: 1) do segmento Estado: Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional; Secretaria de Estado de

Energia e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; 2) do segmento Municípios: P. M. de Saltinho, P. M. de Pedreira, P. M. de Piracicaba, P. M. de Atibaia, P. M. de Rio Claro e P. M. de São Pedro; 3) do segmento Sociedade Civil (usuários de recursos hídricos): Sindicato Rural de Campinas, ASSEMAE e CIESP DR Jundiaí; 4) do segmento Sociedade Civil (organizações civis): Consórcio PCJ, IPSA e Rotary International D4590. Para composição do Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes representantes 1) do segmento Estado: Secretaria da Saúde (Titular) e Secretaria da Agricultura (Suplente); 2) do segmento Municípios: P. M. de Holambra (Titular) e P. M. de Limeira (Suplente); 3) do segmento Organizações Civiss: ÚNICA (Titular) e Associação dos Engenheiros de Jundiaí (Suplente). O Sr. Leo Urbano informou, ainda, que o prefeito de cada um dos municípios eleitos, conforme disposto nos regulamentos, deverá indicar, por escrito, à Agência das Bacias PCJ, até a reunião de posse dos conselhos, se a representação em questão será por ele próprio exercida ou por seu respectivo suplente na CT-PL. O Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestações e, não havendo, colocou em votação a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que foi aprovada por unanimidade. **7. Indicação do Diretor-presidente e Diretores Técnico e Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das bacias PCJ:** O Sr. Leo Urbano explanou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e indicou o diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Leo Urbano, ressaltou que o Estatuto da Agência das Bacias PCJ prevê em seu inciso III, do art. 13, que o seu Conselho Deliberativo deve eleger, a cada 2 (dois) anos, o diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, cuja indicação deverá ser feita pelos Comitês PCJ. Ressaltou que a CT-PL, deve apenas analisar os termos da minuta de deliberação conforme apresentado e que a indicação será apresentada pelo Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL na reunião plenária agendada para o dia 23/10/2015. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano discorreu sobre a minuta de deliberação que indica o Diretor-presidente, Diretor Administrativo-financeiro e Diretor Técnico da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ). O Sr. Marco Antonio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ e 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, solicitou a palavra e informou que em entendimentos na Diretoria dos Comitês PCJ, que a ocupação do cargo de Diretor-presidente da Agência PCJ, deveria ser desempenhada por um profissional que tenha conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

450 executados pela instituição. Concluiu informando que, o Sr. Sérgio Razera, atual Diretor-administrativo-financeiro da Agência das Bacias PCJ, tem seu apoio para continuar ocupando o cargo do Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para discussão, não ocorrendo manifestações, colocou a minuta em votação, que foi aprovada por unanimidade. **8. Apreciação da Minuta de Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo - CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo:** O Sr. Leo Urbano explicou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), de São Paulo, por meio da Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, aprovou os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, sendo prorrogada pela Deliberação CRH nº 123, de 21 de março de 2011, e pela Deliberação CRH nº 140, de 13 de dezembro de 2011, até o final de 2013, e que os termos da Deliberação CRH nº 140, de 13 de dezembro de 2011, determina, em seu artigo 1º, que o CRH deveria reavaliar a referida norma, em 2013, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2014, e após prorrogada por prazo indeterminado pela Deliberação CRH nº 160, de 26 de junho de 2014. Ressaltou que os termos do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamentou a Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e trata da cobrança para usuários urbanos e industriais. Explanou que o inciso IX, do artigo 2º, da Deliberação CRH nº 111, de 10 de dezembro de 2009, estabeleceu que a Deliberação de aprovação da cobrança do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) deve prever a necessidade de revisão de seus termos após dois anos da emissão dos boletos de cobrança na Bacia, e para que tal procedimento ocorra de forma organizada, o CRH atribuiu à Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) a tarefa de apresentar uma proposta de Deliberação específica para os processos de revisão de mecanismos e/ou valores da cobrança, a ser elaborada em conjunto com os CBHs, o que culminou na realização de estudos e o debates da matéria com os Comitês de Bacia, bem como fórum virtual participativo e reuniões no âmbito dos CBHs, sendo elaborada, pela CTCOB do CRH, com base nessas discussões, a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação Do CRH para a Revisão dos Critérios e Procedimentos para a Cobrança pelos Usos Urbano e Industrial dos Recursos Hídricos. Diante do exposto o Sr. Leo Urbano informou que a CRHi encaminhou em 27/08/2015, solicitação aos CBHs manifestação dos CBHs sobre a matéria, com a participação dos usuários, emitindo o parecer sobre o assunto. Explicou

505 que a data limite para a manifestação dos Comitês PCJ é de 02/10/2015, por isso a minuta de deliberação apresentada deverá ser Ad Referendum dos Presidentes dos Comitês PCJ, pois não existe tempo suficiente para a apreciação em reunião Plenária dos Comitês PCJ. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que detalhou o processo construtivo da proposta, seu objetivo, e fundamentação para subsidiar a revisão de mecanismos e/ou valores da cobrança. Após os esclarecimentos, sugeriu alteração de redação no Item 1, alínea e), do ANEXO III, sendo a proposta de redação “Análise dos impactos da revisão dos mecanismos e/ou valores da cobrança para os setores de atividade, com base: (1) no incremento da cobrança, em função da população ou do número de economias no setor de saneamento; e (2) no preço econômico da água, enfocando a estrutura de custos de produção para o usuário industrial (por meio de simulador, dentre outros)”. Sobre a questão do uso de simuladores para que sejam feitos cálculos sobre o impacto, ressaltou que devem ser sobre o usuário e não sobre o setor de usuários, propondo a utilização do simulador como metodologia legalmente instituída para o cálculo do impacto quando no aumento dos valores da cobrança. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu espaço para manifestações dos membros quanto ao conteúdo da minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ e a proposta de alteração da redação no Item 1, alínea e), do ANEXO III. Ocorreram várias manifestações feitas por: Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da FIESP; Roberto Mário Polga, representante do CIESP DR Jundiá; Hélio Rubens G. Figueiredo, representante da SABESP; Ester Feche Guimarães, representante da AESABESP; André Elia Neto, representante da ÚNICA; Michele Consolmagno, representante da PM de Morungaba; Edmo José Stahl Cardoso, representante da AEAN; Sérgio Rocha Lima Diehl, representante da SAA; Marco Antonio dos Santos, representante da ASSEMAE; Hugo Marcos Piffer Leme, representante da ASSEMAE; Petrus Bartholomeus Weel, representante da P. M. de Holambra; Maria A. Carvalho de Medeiros, coordenadora da CT-S.A.; e Maria da Penha de Oliveira Alencar, representante da CETESB. Após a finalização dos debates, o Sr. Leo Urbano colocou em votação a proposta de alteração na redação Item 1, alínea e), do ANEXO III, conforme apresentado, sendo aprovada com os votos contrários da FIESP, CIESP DR. Jundiá, Única e Coordenação da CT-SA e a abstenção da SABESP (2 votos). Na sequência colocou em votação a Minuta de Deliberação Ad Referendum, com a alteração aprovada, sobre a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação do Conselho Estadual de Recursos



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da CT-PL – CATI – Campinas/SP – 01/10/2015 - 09h30min

Hídricos de São Paulo - CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, sendo aprovada com os votos contrários da FIESP, CIESP DR Jundiaí, Única e Coordenação da CT-SA e a abstenção da SABESP (2 votos). O Sr. Leo Urbano conclui informando que a deliberação deverá ser apreciada para referendado dos plenários na próxima reunião plenária e que o Secretário-executivo dos Comitês PCJ deverá encaminhar cópia desta deliberação à Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. **9. Outros Assunto: Renovação da Outorga do Sistema Cantareira:** O Sr. Leo Urbano informou que considerando a complexidade do tema e a qualidade das propostas apresentadas sobre a renovação da Outorga do Sistema Cantareira, os órgãos gestores Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), enviaram Nota Técnica Conjunta aos Comitês PCJ, datado de 08/09/2015, informando que ficou estabelecido novo cronograma para a publicação da proposta guia, que será em 09/10/2015, com finalização do processo em 31/10/2015. Na sequência abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da FIESP, solicitou a palavra e propôs que a CT-PL enviasse ofício aos órgãos gestores solicitando a prorrogação de prazo para a conclusão do processo, visando a discussão da proposta guia pelos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que as manifestações externas dos Comitês PCJ são feitas pelos Presidentes, e questionou os presentes sobre a demanda. Colocando em votação, todos foram unânimes em afirmar que os Comitês PCJ encaminhassem ofícios aos órgãos outorgantes solicitando a prorrogação de prazo para que as instâncias dos Comitês PCJ tivessem mais tempo para aprofundar as discussões. Diante das manifestações, o Sr. Leo Urbano se comprometeu a encaminhar o pleito da CT-PL para o Presidente Gabriel Ferrato. **10. Encerramento:** Na sequência o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos presentes e, nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL

610